

# Movimento Independente Mães de Maio: o sujeito-mãe contra a violência de Estado

*Movimiento Independiente Madres de Mayo: la madre-sujeto frente a la violencia estatal*

Renata Adriana de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir a violência como política de Estado no Brasil, por meio da análise do testemunho de uma vítima dessa violência: Débora Silva, mãe que perdeu o filho em uma ação que contou com o respaldo do próprio Estado. Débora Silva é fundadora e militante do Movimento Independente Mães de Maio, cuja história é narrada no documentário “*Mataram Nossos Filhos*” (2016), de Susanna Lira. A análise concentra-se em um recorte da fala do sujeito-mãe no documentário, isso foi feito à luz do quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso de orientação pecheutiana. Foram mobilizados conceitos como sujeito, testemunho de resistência, real e memória, entre outros. O testemunho de Débora Silva tensiona e denuncia sentidos dominantes e versões oficiais sobre o acontecimento, configurando-se como forma de resistência.

**Palavras-chave:** Mães de Maio; Testemunho de resistência; Violência de Estado.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo discutir la violencia como política de Estado en Brasil, a través del análisis del testimonio de una víctima de esta violencia: Débora Silva, una madre que perdió a su hijo en una acción que contó con el apoyo del propio Estado. Débora Silva es la fundadora y activista del Movimiento Independiente Madres de Mayo, cuya historia se cuenta en el documental “*Mataron a Nuestros Hijos*” (2016), de Susanna Lira. El análisis se centra en un apartado del discurso del sujeto-madre en el documental, esto se realizó a la luz del marco teórico-metodológico del Análisis del Discurso de orientación pecheutiana. Se

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Docente do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7987-852X>. E-mail: [rasouza@unicentro.br](mailto:rasouza@unicentro.br)

*movilizaron conceptos como sujeto, testimonio de resistencia, realidad y memoria, entre otros. El testimonio de Débora Silva desafía y denuncia los sentidos dominantes y las versiones oficiales del acontecimiento, configurándose como una forma de resistencia.*

**Palabras clave:** *Madres de Mayo; Testimonio de resistencia; Violencia estatal.*

## **Palavras introdutórias**

No Brasil, a violência como política de Estado, perpetrada por agentes de segurança, é histórica, sistêmica e direcionada a grupos específicos: pobres, negros e moradores de periferia. Esse fato é decorrente das condições de produção instaladas em nossa formação social capitalista, tendo em vista as relações de poder e a manutenção de uma estrutura de desigualdade-subordinação que, ao longo de nossa história, têm criminalizado a pobreza e consolidado a racialidade negra como meio delinquente por excelência. Para isso, produziu-se inclusive um dispositivo legal, a Lei da Vadiagem.

Carneiro (2024) expõe que, em nosso país, são feitas referências aos considerados Vadios, em documentos jurídicos, desde as Ordenações Filipinas, sendo posteriormente inserido no Código Criminal do Império (1830). Os sujeitos passivos destes ilícitos eram os escravizados, negros, mulatos e brancos em situação de pobreza e marginalidade. No pós-abolição, o Código Penal da República (1890) estabelece a Lei da Vadiagem como forma de controle do espaço social, com uma vinculação expressa aos praticantes de capoeira, sendo que houve um aumento significativo da punição em relação ao código de 1830.

Essa tipificação coloca em relevo o caráter simbólico da Abolição, cuja promulgação em 13 de maio de 1888 extinguiu a escravidão, que retornaria para o ordenamento jurídico dois anos depois, por meio da Lei da Vadiagem e suas penas de trabalho forçado e privação de liberdade. E isso em um contexto em que a maioria da mão de obra masculina era formada por ex-escravos alijados do mercado de trabalho (Carneiro, 2024, p. 80).

Esse fato contribuiu para a criminalização de pobres, negros e moradores de favelas e periferias ao longo de séculos. O resultado se faz presente na vida desses sujeitos ainda hoje, tendo em vista que são submetidos a inúmeras práticas coercitivas e violentas como, por exemplo,

autoritarismo, uso ilegítimo da força, desaparecimentos forçados e execuções sumárias.

Esse cenário é descrito por Francilene Gomes Fernandes (2024), no livro “Tecendo Resistências: trincheiras contra a violência policial”. A autora, que faleceu pouco depois do lançamento do livro, teve uma vida marcada pela violência de Estado, uma irmã de 17 anos assassinada por forças policiais na década de 1990 e um irmão vítima de desaparecimento forçado em 2006. O livro traz um estudo e discussão a respeito da violência de Estado e violência policial em nosso país, dá voz e escuta às principais vítimas, moradores da periferia, que expõem formas múltiplas e incompreensíveis de violência a que se encontram expostos diariamente. O trabalho também aborda a atuação de muitos movimentos sociais.

Neste trabalho, quero me voltar ao Movimento Independente Mães de Maio. Esse movimento surgiu como resposta a um acontecimento extremo de violência ocorrido entre os dias 12 e 21 de maio de 2006, data que marca os ataques executados na Baixada Santista, na cidade de São Paulo e em outras regiões do estado paulista. Durante esse período, mais de 500 jovens civis foram mortos e outros permanecem desaparecidos. O Estado significou as mortes como sendo uma resposta contra ataques da facção criminosa Primeiro Comando do Capital (PCC) que, naquele mês de maio, mataram 59 agentes públicos, entre policiais, guardas civis e policiais penais. Os ataques do PCC teriam sido motivados pela transferência de 765 presos, incluindo os líderes da facção.

O discurso do Estado associou o massacre aos ataques do PCC para legitimar a violência cometida. De acordo com o Ponte Jornalismo, as ações violentas tiveram respaldo dos comandantes da polícia, do ex-governador Claudio Lembo (1934-2025), do secretário de segurança pública, assim como do Ministério Público Estadual de São Paulo, tendo em vista que, logo após os crimes, 79 promotores de justiça assinaram um ofício em apoio às ações da polícia.

A reportagem expõe ainda o fato de o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Humana (Condepe) ter apurado que mais da metade das vítimas da violência de Estado eram jovens negros, 80% tinham menos de 35 anos e

apenas 6% delas possuíam algum tipo de passagem pela polícia. O episódio é considerado um dos maiores massacres da história recente de nosso país, tendo ocorrido em favelas e periferias.

Diante disso, neste trabalho, apresento um gesto de interpretação a respeito da violência de Estado a partir de tal acontecimento. Meu gesto analítico inclui o documentário “Mataram Nossos Filhos” (2016), de Susanna Lira, mais especificamente, um trecho do testemunho de Débora Silva, uma das Mães de Maio. Isso significa que, além da violência de Estado, interessa-me sobretudo dar voz e escuta a uma das vítimas dessa violência. Por isso, considero importante discutir o conceito de sujeito para a Análise de Discurso pecheutiana, assim como o de testemunho, aqui considerado, a partir de Mariani (2022), como testemunho de resistência.

### **O sujeito em Análise de Discurso: entre a linguística e a psicanálise**

Para discutir o conceito de sujeito em Análise de Discurso, inicio com o texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, nesse trabalho, Pêcheux ([1978] 2009), aponta certos equívocos instalados no centro da discussão sobre o conceito de sujeito, tal como encontra-se inserido em “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”. Ao fazer uma autocrítica, o autor abre caminho para um estudo do sujeito considerando sua constituição pelo inconsciente e pela ideologia, tendo em vista o processo de interpelação ideológica.

Para Leite (2005), Pêcheux, ao retomar o trabalho de J. Lacan, em “Só há causa para o que manca”, afirma que a causa introduz o estatuto do inconsciente enquanto referido ao real. Esse posicionamento difere daquele da ciência que considera a categoria de causa a partir da hiância entre a causa e o efeito, ou seja, eventos levam a outros eventos de acordo com leis, fato que culmina no esvaziamento de tal conceito. Para a psicanálise, a causa é aquilo que interrompe o funcionamento ditado pelas leis. A causa excede a cadeia simbólica, embora seja por ela produzida.

No texto em questão, Pêcheux ([1978] 2009) discute a forma como a causa se manifesta nos traços inconscientes do significante (no chiste, no lapso, no ato falho etc.), que não são apagados ou esquecidos e trabalham na

pulsção sentido/ não sentido do sujeito dividido. Isso significa que o sujeito se constitui na e pela linguagem, por meio do processo de interpelação, mas esse processo falha, devido à divisão do inconsciente. A linguagem é causa da divisão do sujeito, conseqüentemente, a identificação pelo significante produz o seu próprio fracasso (falha). Por isso que, para Pêcheux ([1978] 2009), pensar a interpelação ideológica como um ritual é reconhecer que não há ritual sem falhas, o lapso, o ato falho são falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica.

Ao trazer a Psicanálise para o campo epistemológico da AD, Pêcheux nos levou a entender o sujeito constituído pelos efeitos do assujeitamento da interpelação ideológica e pela “pulsção” do inconsciente que se volta ao sujeito e ao sentido que nele se pretende instalar. Por isso, a ideologia deve ser pensada em relação ao registro inconsciente. No entanto, o inconsciente não é a base de constituição das ideologias dominadas, ou seja, o inconsciente não é a fonte da ideologia dominada, tampouco o impulso do Superego da ideologia dominante. As ideologias dominadas se constituem e irrompem na luta de classes como contradição histórica motriz (um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre (Pêcheux, 2009, p. 279).

De acordo com Leite (2005), a articulação entre ideologia e inconsciente possibilitou a inclusão de certa subjetividade como lugar que cumpre dupla função: evidência do assujeitamento e de sua subversão (lugar do fracasso, falha) que pode abrir para que algo novo venha a nascer. Mariani (2021), ao retomar algumas reflexões de Orlandi, expõe que a relação entre inconsciente e ideologia demanda a formulação de um tipo de saber que se inscreve nas reflexões da ordem do discurso:

Sujeito interpelado e dividido, afetado pelo real da história, em sua materialidade contraditória; e pelo real da língua, registro do impossível no campo da linguagem e pelo real do inconsciente, o furo que não é redutível ao real da história e ao real da língua. Pelas falhas, brechas abertas nos processos languageiros que constituem a subjetivação, o sujeito oscila entre a produção dos sentidos historicamente determinados, as urgências do cotidiano e a iminência da divisão que está sempre presente, fazendo escorrer pelo *non sens*, pelo *witz*, a possibilidade de o sentido vir a ser outro (Mariani, 2021, p. 122).

Nesse sentido, pensar o sujeito como efeito do significante, naquilo que a interpelação e o sentido o constituem, é considerá-lo em relação ao real da língua, ao real da história e ao real do inconsciente. Considero essa discussão importante para podermos mobilizar o conceito de testemunho de resistência.

### **Testemunho de resistência: transformando a dor em luta contra a violência de Estado**

De acordo com Mariani (2021), o conceito de testemunho de resistência envolve relatos de violência, de acontecimentos extremos que provocam ou marcam o rompimento com o pacto civilizatório. Isso significa que o sujeito, ao fazer o relato de si, aborda também, em suas palavras, a historicidade da produção de sentidos em uma formação social com as contradições e rupturas existentes. Trata-se de uma forma de luta contra sentidos e ideologias dominantes, tendo em vista seu funcionamento em resgatar sentidos proibidos, censurados, de modo a não deixar esquecer a violência sofrida.

Em uma situação de extrema violência, o sujeito se depara com o incompreensível da história e, nesse contexto, as palavras faltam para que se possa dizer do horror, o sujeito com o testemunho tenta dar algum sentido ao vivido. No entanto, tais tentativas falham, pois já se inscreve sob a marca do inconsciente. O testemunho de resistência é uma forma de tentar dar conta do incompreensível da história.

As formas da violência de Estado e os testemunhos sobre os efeitos dessa violência, lidos como discurso, ou melhor, como discursividades em seu curso histórico de contradições, apagamentos e hegemonias, nos permitem refletir sobre as desiguais relações de exercício do poder, imposição do mesmo e exclusão das diferenças a qualquer preço (Mariani, 2021, p. 102).

Neste trabalho, o testemunho de resistência será analisado a partir dos dizeres de uma das vítimas de um acontecimento de extrema violência realizado por agentes de segurança pública e que ocorreu entre os dias 12 e 21 de maio de 2006, em São Paulo, em pleno Estado Democrático de Direito. Os ataques executados, conforme expusemos anteriormente, resultou na morte de centenas de jovens e foram significados pelo Estado como tendo sido uma

resposta aos atos criminosos do PCC. Com isso, buscaram atribuir legitimidade ao ocorrido e ocultar as práticas desumanas executadas pelas forças policiais.

A vítimas do acontecimento, a quem este trabalho buscou atribuir voz e escuta, é Débora Silva. Ela teve o filho assassinado na Baixada Santista e, por não conseguir justiça na cidade de Santos, foi à São Paulo. Na capital, no Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana de São Paulo (Condepe), conheceu Rose Nogueira, presidente da instituição, jornalista, ativista dos Direitos Humanos e Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais. Rose Nogueira foi uma guerrilheira revolucionária durante o período de Ditadura Empresarial Militar<sup>2</sup> e, ao conhecer Débora Silva e ouvir sobre a forma como seu filho fora assassinado, a então presidente do Condepe expôs a luta das Mães da Praça de Maio, na Argentina, e a luta das mães da ditadura no Brasil. Essa conversa pode ser considerada como o início do Movimento Independente Mães de Maio.

O Movimento Mães de Maio é constituído por uma rede de mães, familiares, amigos e amigas de vítimas da violência de Estado e tem como objetivo lutar pela verdade, pela memória e por justiça, contrapondo-se a todo um sistema que legitima e perpetua políticas de violência e de morte. O testemunho das mães do movimento resgata sentidos proibidos, silenciados, de modo a não deixar esquecer a violência discriminatória, institucional e policial contra a população pobre, negra e periférica. Devido às lutas diárias empreendidas por esses sujeitos-mães, o massacre cometido por policiais sob respaldo do Estado ficou conhecido como Crimes de Maio.

Nesse sentido, o Movimento Independente Mães de Maio atualiza a memória de outros movimentos de mães do Brasil e da América Latina e, assim como os demais movimentos, constitui forma de resistência contra a violência de Estado. Nesses movimentos, o sujeito-mãe irrompe na luta por justiça, ou seja, o sujeito é interpelado a assumir um posicionamento contra a violência de Estado e em favor da justiça e, ao mesmo tempo, é um sujeito dividido entre a dor, a perda e o luto.

---

<sup>2</sup> Este termo é utilizado por Elaine Brum (2019) em seu livro “Brasil, construtor de ruínas”.

As mães das vítimas, seus familiares e amigos têm transformado essa dor em luta, mesmo representando sofrimento, revolta e saudades para todas as mulheres-mães afetadas brutalmente desde então. Esse episódio foi um divisor de águas na vida das famílias que tiveram pessoas queridas arrancadas abruptamente de suas vidas. Para se manter lúcidas, foram obrigadas a se construir como mulheres militantes na luta pela verdade e justiça, culminando num longo, árduo e pesado caminho percorrido em várias instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições participantes da engrenagem da violência do Estado. Trata-se de uma engrenagem fundada na desigualdade social, nas formas de violência econômica e extraeconômica, que servem de justificativa para o racismo e a eliminação de jovens negros periféricos (Fernandes, 2024, p.143).

Os sujeitos-mães subverteram o lugar de vítimas e transformaram a dor em um ato político. Mesmo enfrentando situações de extrema desigualdade-subordinação em instituições dos poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, elas conseguiram manter e fortalecer o movimento. Nesses mais de 18 anos de luta e resistência, o grupo se articulou, as mulheres buscaram formação teórica em institutos, universidades e, atualmente, o movimento também realiza atividades formativas, promove palestras, publicação de livros e manifestações que denunciam a política de morte nas favelas e periferias. No entanto, até hoje, ninguém foi responsabilizado e preso pelos crimes cometidos em maio de 2006.

Para pensar o testemunho em relação a esse acontecimento, selecionei um trecho do documentário “Mataram Nossos Filhos” (2016), de Susanna Lira. Inicialmente, é importante analisar o título do documentário. Em Português, trata-se de uma oração constituída por sujeito indeterminado, ou seja, na estrutura não está expresso quem é o sujeito da ação de matar. Esse fato nos possibilita alguns gestos de interpretação: 1- a não exposição do sujeito/responsável lança luz sobre o acontecimento, ou seja, a morte dos filhos; 2- trata-se de sujeitos-mães denunciando a morte dos filhos.

Algo falta nessa estrutura, pois se há um grito de denúncia, há um culpado ou culpados, trata-se de uma estrutura que demanda sentido, não pode ser pensada como algo autônomo, estabilizado ou organizado. No



documentário, os acusados serão expostos no decorrer da produção. Como, por exemplo, no testemunho de Débora Silva.

**Débora Silva:** Perdi meu filho, foi um massacre que teve no Estado de São Paulo que no espaço de uma semana se matou mais de 600 jovens, mas a listagem, a estatística da polícia foi de 493. E a gente parando para pensar, o Estado de São Paulo produziu mais de 600 jovens assassinados, tudo com idade de 15 a 29 anos, o meu filho tinha 29 anos. Se matou em maio muito mais do que se matou na ditadura militar, a ditadura foi 21 anos e os Crimes de Maio foi uma semana, só foi abafado esses crimes por uma Copa do Mundo (4'21'')

O testemunho de Débora Silva preenche a estrutura que estava indeterminada e aponta o responsável pelo acontecimento: o Estado de São Paulo produziu o assassinato de centenas de jovens, a maioria deles de 15 a 29 anos. O Estado de São Paulo é o responsável pelo massacre. Essa estrutura linguística em relação ao acontecimento desestabiliza sentidos para aqueles indivíduos que vivem em um Estado democrático de Direito, regido por uma Constituição Cidadã, documento que garante proteção à vida.

O sujeito-mãe, ao buscar palavras para denunciar o assassinato do filho e denunciar a violência de Estado, se depara com o indizível da história. Mariani (2021), ao discutir o livro “O Discurso: estrutura ou acontecimento”, aborda o funcionamento de pontos de real que incidem sobre a materialidade discursiva, ou seja, há uma singularidade do acontecimento na estrutura, por isso o espaço discursivo é não logicamente estabilizado. Podemos dizer que o acontecimento Crimes de Maio incide e desestabiliza a estrutura linguística, pois o sujeito-mãe, ao denunciar o assassinato do filho e denunciar a violência de Estado, produz um movimento de sentidos, se depara com o real da história. Nesse ponto, sentido e não-sentido se materializam no processo de significação.

A denúncia contra o Estado se repete no testemunho de outras Mães de Maio no documentário. O responsável pela violência é o mesmo: O Estado. As formas de crueldade associadas às mortes são múltiplas e expostas em cada depoimento. Trata-se de relatos singulares que se entrelaçam, contestam a

versão oficial do Estado, que buscou legitimar o massacre e, desse modo, tensionam o real histórico. A questão da violência de Estado será retomada mais adiante.

Os testemunhos das Mães de Maio constroem o que Mariani (2021) denomina de *memoriável*. O registro *memoriável* refere-se ao encontro entre o real da história, o real da língua e o real do inconsciente. O funcionamento enunciativo do *memoriável* consiste em materializar uma singularidade no rememorar marcada pela dificuldade de colocar palavras em seu encontro com o real, um esforço em simbolizar. Diferente do conceito de *memorável*, que aborda a temporalidade de um acontecimento, ou seja, recorta do passado algo como *memorável*, *memoriável* é da ordem da singularidade vivida, conecta a vida pessoal à determinado acontecimento histórico. No entanto, esse processo é marcado pela tensão entre o lembrar e o esquecer, um dizer marcado pela incompletude inerente à linguagem. A inscrição de um *memoriável* na história possui importância significativa tendo em vista a violência do acontecimento que provocou a disjunção, desarticulação ou descontinuidade no sócio-político.

Nos dizeres de Débora Silva, há marcas de subjetividade ao narrar a violência extrema vivenciada: “Perdi meu filho, foi um massacre que teve no Estado de São Paulo; o Estado de São Paulo produziu mais de 600 jovens assassinados”. Esses dizeres inscrevem um *memoriável* na história, tendo em vista o relato da violência de um acontecimento histórico interconectado à vida pessoal do sujeito-mãe. Nesse relato de si, há o relato de uma historicidade que atentou contra a condição humana e contra o Estado Democrático de Direito: “No testemunho fala-se do mal-estar e do desamparo em que se encontra o sujeito após o encontro com o real do acontecimento” (Mariani, 2021, p. 72).

Ao expor que “o Estado de São Paulo produziu mais de 600 jovens assassinados”, o testemunho aponta para o funcionamento da violência de Estado na gestão de indivíduos em nossa formação social. Segundo relatório produzido pelas próprias Mães de Maio e intitulado “Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de estado no Brasil”

(Assumpção et al., 2024), o Estado é uma unidade política, essa unidade é produzida e definida pela forma como organiza a violência.

No entanto, a organização da violência pelo Estado não é feita de forma uniforme, seu funcionamento está associado às relações de desigualdade-subordinação existentes entre os diferentes grupos sociais. Isso significa que o Estado, seus agentes e suas instituições são fatores determinantes das condições de vida em nossa formação social capitalista. As relações de desigualdade-subordinação estabelecidas, conforme Assumpção et al. (2024), servem para definir quais grupos sociais serão beneficiados pela proteção do estado e quais serão o alvo de repressão.

A maioria das vítimas dos Crimes de Maio foram pessoas negras e esse fato é significativo, pois as condições de produção hegemônicas, desde a época colonial, ao produzir a racialidade como fator de criminalização, estabeleceram também uma separação entre o espaço físico ocupado por dominadores e dominados. Em tais condições, o lugar natural do sujeito negro ficou sendo as senzalas, favelas, cortiços, porões, invasões, alagados etc. Trata-se, de acordo com Gonzalez (2022), da divisão racial do espaço, onde a presença policial sempre esteve associada à repressão, violência, extermínio, tendo em vista terem sido significados como lugares de criminalidade. Acredito que esse fato reforça a relação parafrástica produzida ao longo de nossa história entre criminalidade, jovens negros e comunidades.

Nesse espaço administrativo, as coerções lógico-disjuntivas também foram estabelecidas: “segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário” (Gonzalez, 2022, p. 22). Esse tipo de discursividade, no Brasil, contribuiu com a gestão da violência, legitimou e legitima, ainda em nossos dias, o massacre de sujeitos pobres e negros, tendo em vista justificar a atuação do aparelho repressivo em nome da ordem e da segurança. O resultado faz com que setores empobrecidos e racializados sejam os maiores alvos de políticas e práticas violentas e repressivas.

A contradição materializada nas palavras de Gonzalez (2022) e nas condições de produção que estabeleceram formas hegemônicas de gestão da violência justifica o relato de Débora Silva: “Se matou em maio muito mais do que se matou na ditadura militar, a ditadura foi 21 anos e os Crimes de Maio foi

uma semana, só foi abafado esses crimes por uma Copa do Mundo”. Há uma memória da ditadura empresarial-militar que sustenta os sentidos nesses dizeres e remete à violência, morte e desaparecimento enquanto práticas existentes em um período de exceção. No entanto, outros sentidos também são produzidos, tendo em vista que “Se matou em maio muito mais do que se matou na ditadura(...)”, podemos dizer que o funcionamento do memorável retoma uma memória da ditadura e produz um movimento de sentidos ao expor o fato de que as práticas daquele período ainda existem e de forma mais elevada.

De acordo com a página do Ponte Jornalismo, nos 9 dias de massacre, 505 pessoas foram mortas e 4 foram vítimas de desaparecimento forçado, o número total é maior do que os 434 mortos e desaparecidos durante os 21 anos de ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985). Podemos dizer que a fala de Débora Silva produz um memorável sobre o acontecimento Crimes de Maio, sendo que a singularidade expressa materializa o ponto de encontro de uma memória e uma atualidade (Pêcheux [1983] 2006, p. 17), referente às condições de vida e à gestão da violência em espaços empobrecidos e racializados.

A gestão da violência vai além dos massacres cometidos. No caso dos Crimes de Maio, os sentidos relacionados a esse acontecimento foram controlados de diversas formas, ou seja, os crimes foram abafados pela Copa do Mundo de 2006, os sujeitos-mães, além da morte dos filhos, sofreram ainda um absoluto desrespeito e descaso dos Sistemas de Segurança e Justiça que não responderam a busca dessas mulheres por justiça. Nessa conjuntura, a luta por elas travada está submetida às relações de desigualdade-subordinação, tendo em vista uma situação de violência que se soma à violência de gênero, raça e classe social, pois são mulheres, negras, pobres e periféricas.

O trabalho das Mães de Maio, a forma como elas se articularam para ajudar outras mulheres na mesma situação, a maneira como questionam, denunciam, lutam contra sentidos dominantes e versões oficiais configuram formas de resistência. De acordo com Ferreira (2015), a resistência se dá no interior da história (em seu motor – a luta de classes) e no interior do sujeito

(em seu motor – o inconsciente). Diante das contradições do real histórico, os sujeitos-mães irrompem na luta de classes, se organizam e testemunham como gesto de resistência. Na busca por colocar palavras no indizível, elas se deparam com a falta, com o impossível, tendo em vista que os sujeitos-mães sobreviveram ao massacre. No entanto, há a lacuna daqueles que não sobreviveram, dos filhos assassinados.

O acontecimento histórico Crimes de Maio produziu um movimento de luta contra o Estado. Em meio às batalhas travadas, o sujeito-mãe precisou aprender a lidar com a dor, a perda e as injustiças. Sobre esse tipo de luta, podemos nos voltar às palavras de Mariani (2021, p. 75): “em testemunhos dessa natureza, o antônimo de esquecimento não seria memória, mas sim justiça”. Analisar o testemunho de resistência é considerar um acontecimento singular na linguagem e, conforme já expusemos, envolve o real da língua, o real da história e o real do inconsciente.

### **Algumas Considerações**

Em Análise de Discurso, o sujeito é constituído na e pela linguagem, interpelado pela ideologia, dividido e submetido tanto ao inconsciente quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam. Essas circunstâncias histórico-sociais podem romper com o pacto democrático estabelecido pelo Estado de direito, fazendo o sujeito se deparar com o real, com a falta, com o não sentido. Diante de um acontecimento extremo, mas significado como legítimo, o sujeito, ao falar sobre a violência sofrida, produz o testemunho como gesto de resistência, desestabiliza versões oficiais, coloca palavra no indizível.

No caso aqui analisado, o testemunho das Mães de Maio negou a versão oficial do Estado, que buscou associar os ataques executados ao Primeiro Comando da Capital (PCC), criminalizando, uma vez mais, as vítimas, ou seja, jovens, em sua maioria, negros, moradores de periferias. Pode-se dizer que a luta das mães no movimento: “faz pressão no real histórico e vai abrindo fissuras nas versões oficiais que buscam estabilizar as falhas e contradições” (Mariani, 2019, p. 278). O testemunho das Mães de Maio, as discursividades produzidas, significou o acontecimento como Crimes de Maio, fazendo ouvir as contradições, silenciamentos e relações de poder

estabelecidas, mostrando as relações de desigualdade-subordinação existentes em nosso país.

## Referências

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino et al. Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de estado no Brasil. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2024.

BRUM, Eliane. Brasil, construtor de ruínas – Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FERNANDES, Francilene Gomes. Tecendo Resistências: trincheiras contra a violência policial. São Paulo: Cortez, 2024.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Resistir, resistir, resistir... Primado prático discursivo! In: SOARES, A. S. F. (org.) [et. al.]. Discurso, Resistência e... Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2015.

LEITE, Nina Virgínia de Araújo. Só há Causa daquilo que Falha. Estudos da Língua(gem), [S. l.], v. 1, n. 1, p. 77-82, 2005. DOI: 10.22481/el.v1i1.980.

Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/980>.

Acesso em: 7 dez. 2025.

MARIANI, Bethania. Testemunho de Resistência e Revolta: um estudo em análise do discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

MARIANI, Bethania. “Mas nessa luta se aprende. Se aprende muitíssimo”. Testemunho de resistência. Memória. In: ADORNO, Guilherme [et al.]. O discurso nas fronteiras do social: uma homenagem à Suzy Lagazzi – volume 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

PÊCHEUX, Michel. (1978). Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: \_\_\_\_\_. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenzo

Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 4<sup>a</sup> ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2009, Anexo III, p. 269-281.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 2006

RAMOS, Beatriz Drague. Crimes de Maio de 2006: o massacre que o Brasil ignora. Ponte Jornalismo, 2021. Disponível em: <https://ponte.org/crimes-de-maio-de-2006-o-massacre-que-o-brasil-ignora/>. Acesso em 1 set. de 2023.

Recebido em: 10-04-2025

Aprovado em: 01-05-2025